

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

José Antônio Vilar Pereira¹; Elielson Fulgêncio de Brito Silva¹; Ana Paula da Silva²; Bárbara Emily Souza Ferreira³; Luiz Eugênio Pereira Carvalho⁴

¹Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, joseantoniovilar36@gmail.com;

¹Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, elielson132010@gmail.com;

²Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, annynhabritto3@gmail.com;

³Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, babylon14@gmail.com;

⁴Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, luizeugeniocarvalho@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Brasil é abundante em recursos hídricos. Detemos cerca de 12% de toda a água doce do mundo, porém a distribuição desse recurso é bastante irregular se comparamos os números de cada região. De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA, 2007), a região Norte com apenas 5% a população do país conta com cerca de 79,7% de toda a água do nosso território. Já a região Nordeste, com 30% da população conta com apenas 2,3% de água, sendo que 63% desse percentual está localizado na bacia hidrográfica do rio São Francisco e 15% na bacia do rio Parnaíba, que juntos correspondem a 78% da água da região. As bacias dos rios intermitentes detêm apenas 22%, concentrando-se em 450 açudes com capacidade de cerca de um milhão de metros cúbicos. Somente 25% dessa água acumulada em açudes são aproveitadas, devido à alta evaporação e ao mau gerenciamento (BRITO *et al.*, 2007). As regiões Centro-oeste, Sul e Sudeste têm 4,1%, 9,3% e 4,6 do total de recursos hídricos do país, respectivamente.

No semiárido do Nordeste, essa situação se agrava devido aos longos períodos de estiagem que essa região enfrenta, principalmente quando a área está sob influência do fenômeno *El Nino*, já que os períodos de estiagem podem durar longos anos, dando origem a severas secas e comprometendo assim o abastecimento de água da região.

Tentando minimizar os efeitos das secas, segundo Andrade & Nunes (2014) há mais de um século o semiárido brasileiro é palco de políticas públicas que visam o abastecimento de água de sua população, porém os resultados obtidos vêm se mostrando ser pouco efetivos.

De acordo com Silva (2006 *apud* Santos, Ceballos & Sousa 2013) o desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao Nordeste podem ser classificados em quatro períodos:



[...] um primeiro momento caracterizado pelo monopólio do exercício do poder político das oligarquias; um segundo momento em que se configura uma disputa de interesses entre as propostas reformistas (Sudene) e as oligarquias regionais em torno do projeto desenvolvimentista (anos 50 e 60); um terceiro caracterizado por um Estado autoritário (pós golpe de 1964 e até os anos 80), marcado por uma perspectiva moderna, técnica e burocrática, com orientação conservadora de estrutura dominante (modernização conservadora); e, recentemente, os novos processos de disputa de interesses, concepções, práticas e projetos políticos, construídos desde a redemocratização brasileira, quando “novos” sujeitos políticos (ONGs, sindicatos, associações, acadêmicos, pastorais etc.) entram em cena.

Até meados do século XX, era comum o entendimento por parte do governo brasileiro de que o problema das secas se restringia à falta de água (ANDRADE & NUNES, 2014). Sendo assim, as estratégias adotadas para tentar solucionar as dificuldades da seca se restringiam principalmente a solução hidráulica, através de medidas paliativas que só resolviam o problema no curto prazo. Isso se dava porque as políticas desenvolvidas eram formuladas no âmbito de combate às secas.

Segundo Santos, Ceballos e Sousa (2013) mais recentemente, no início do século XXI, percebe-se uma mudança nesse paradigma de “combate às secas”, predominante no século passado, e começa-se a pensar na ideia de “convivência com o semiárido”. Isso se deu graças a ampliação do conhecimento técnico-científico sobre a região semiárida que permitiu o desenvolvimento de pesquisas mais abrangentes sobre as características dessa área, além de uma maior atuação da sociedade civil que vive na região através de ONGs, associações de agricultores e sindicatos. Sendo assim, as características naturais da área começam a ser aceitas e levadas em consideração no desenvolvimento de novas políticas que possam vir a ser mais eficazes.

Nesse contexto, esse trabalho tem como escopo analisar as principais políticas públicas desenvolvidas para garantir o acesso à água no semiárido da região Nordeste brasileira.

METODOLOGIA

Essa pesquisa foi desenvolvida através de levantamentos bibliográficos de trabalhos que analisam as principais políticas públicas desenvolvidas no Nordeste desde o período Imperial até atualmente. Dessa forma, foram analisados quatro grandes políticas: a açudagem; as medidas de assistencialismo sazonal, o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e o Projeto de Integração do Rio São Francisco.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Oliveira (1981) uma das primeiras formas de combate à seca no semiárido do Nordeste brasileiro foi a **açudagem**, Pompeu Sobrinho (1959) afirma que se pretendia que cada



município tivesse seu grande açude de alvenaria, para isso o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) foi responsável por fazer até 1959 mais de 300 açudes públicos e 662 barragens particulares. Entretanto cabe salientar que, o semiárido nordestino sofre com altas taxas de evaporação, impossibilitando a permanência de alguns corpos d'água.

Além das intempéries climáticas o programa de açudagem também foi ineficiente quanto à distribuição de águas, para isso Andrade e Nunes (2014) relatam:

A política de construção de açudes careceu de planejamento, pois não se projetou uma forma de distribuir as águas acumuladas. As infraestruturas serviam de fonte para aqueles que habitavam próximo às suas margens, mas não tinham utilização para aqueles que moravam distante. Negligenciou-se o fato de que a população rural está dispersa no espaço. Dessa forma, os açudes não ofertaram água para uma grande parcela da população, apesar dos vultosos recursos que foram consumidos em suas construções.

Andrade e Nunes (2014) destacam que a baixa eficiência da política pública implicou na necessidade de adotar **medidas emergenciais** para socorrer a população, é isso o que Silva (2006) chama de “**assistencialismo sazonal**” que infelizmente ainda é empregado nos dias atuais em grande parte dos municípios do semiárido nos períodos de estiagem severa. Dentro dessas medidas emergenciais vemos a utilização dos caminhões-pipa. Por falta de medidas estruturantes a situação era contornada com medidas paliativas deixando a população dependente de ações emergenciais.

A partir da década de 1980 as políticas públicas ganharam um caráter mais desenvolvimentista buscando propiciar uma convivência com a seca, não mais tentando combatê-la de forma irrisória. O cerne dessa mudança ocorreu no início do século XXI. De acordo com Andrade e Nunes (2014) seguindo a ótica da convivência com a seca foram implantados programas de combate à pobreza rural, agricultura familiar, créditos direcionados para os agricultores, bolsas para garantia de safra, cisternas para captação da água de chuva.

Percebemos que entra em cena um programa que ajudou de forma satisfatória a atenuar os problemas causados pela seca. Conforme Lopes e Lima (2005) um fórum de entidades civil organizada na Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) formulou um programa de formação e mobilização social para a convivência com o semiárido, e surge daí o **Programa Um Milhão de Cisternas Rurais** (P1MC). Numa perspectiva inovadora o P1MC conta com financiamentos do governo federal, da iniciativa privada e de Organizações Não Governamentais (ONGs), ressaltando que o programa é conduzido de forma descentralizada pelas entidades locais (sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias, clubes de serviço e pastorais da igreja).

Em 2007 a ASA criou o **Programa Uma Terra e Duas Águas** (P1+2) O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem o espaço para plantio e criação

animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais. Além das cisternas de placas instaladas pelo P1MC o P1+2 também instalou as cisternas-calçadão, os tanques de pedra, as barragens subterrâneas e outras formas de armazenagem de água.

O **Programa de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro** foi implantado pelo Governo Federal. Em 2005 o programa passou a ser executado pelo exercito brasileiro e ganhou o nome de **Operação Pipa/Carro-Pipa**, este tem por objetivo à distribuição de água potável, preferencialmente por meio de carros-pipa às populações rurais e urbanas atingidas por estiagem com prioridade para os municípios que se encontram em situação de emergência ou estado de calamidade pública (BRASIL, 2017).

Por fim temos o **Projeto de Integração do Rio São Francisco**, esse programa tem como objetivo conduzir água para 12 milhões de habitantes do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Essas águas serão destinadas, prioritariamente, ao consumo da população urbana de 390 municípios daqueles estados (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2014). Em 8 de março de 2017 as águas do eixo leste da transposição do rio São Francisco chegaram ao município de Monteiro para desembocarem na bacia do rio Paraíba. Salientamos também que estes programas têm suas limitações e que isoladamente não é capaz de solucionar a falta de água de determinadas áreas do semiárido brasileiro.

CONCLUSÕES

Ao longo deste estudo identificou-se que programas voltados para solucionar a problemática da seca sempre estiveram em pauta, porém estes nem sempre foram eficazes, percebemos também que existiram mudanças quanto à forma de lidar com esse fenômeno natural, a princípio víamos que as políticas e os programas instalados buscavam combater a seca. Atualmente esta visão vem sendo modificada passando a buscar maneiras de conviver com o semiárido. Entretanto, o acesso a água ainda é escasso, há muito a ser feito para que todos tenham acesso a este recurso em qualidade e na quantidade necessária para a manutenção da vida.

REFERÊNCIAS

ANA - Agência Nacional de Águas. **GEO Brasil**: recursos hídricos: resumo executivo. Brasília: MMA; ANA, 2007.

ANDRADE, J. A.; NUNES, NUNES, M. A. Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. **Revista Espinhaço**, 2014, 3 (2): 28-39.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Programa Uma Terra e Duas Águas**. Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 28/08/2017.

BRASIL. **Operação Pipa**. Exército Brasileiro, 28º batalhão de caçadores, Campo Grande, 2017. Disponível em: <<http://www.28bc.eb.mil.br/index.php/en/operacao-pipa>>. Acesso em: 11/09/2017.

BRITO, L. T. L.; SILVA, A. S.; PORTO, E. R. Disponibilidade de água e a gestão dos recursos hídricos. In: *Potencialidades da água de chuva no semi-árido brasileiro*. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2007. p. 12-32.

LOPES, E. S. A. & LIMA, S. L. S. **Análise do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC**, no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe. CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Julho de 2005.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia pra uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132p.

SANTOS, A. C; CEBALLOS, B. S. O; SOUSA, C. M. Políticas Públicas de Água e Participação no Semiárido: Limites e Tensões no P1MC. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais**, v.1, n.1, 2013, p. 145-161.

SANTOS, A. C; CEBALLOS, B. S. O; SOUSA, C. M. Políticas Públicas de Água e Participação no Semiárido: Limites e Tensões no P1MC. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais**, v.1, n.1, 2013, p. 145-161.